



Entrevista

Entrevista com Elineide Ferreira Oliveira

Diácona – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Coordenadora da casa de apoio Noeli Dos Santos; Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher e Coordenadora da rede de enfrentamento a violência contra a mulher no município de Ariquemes-Rondônia

Rogério Oliveira de Aguiar*

A Casa Noeli dos Santos é uma casa segura, de endereço sigiloso, que acolhe mulheres em situação de violência, juntamente com seus filhos e filhas. Lá, essas mulheres são acolhidas após fazerem a denúncia na delegacia, onde é ofertada a elas os serviços da casa de apoio. Ao chegar à casa, é proporcionado a elas um ambiente agradável, atendimento psicológico, encaminhamento jurídico, auxílio socioassistencial e incentivo para ingressar no mercado de trabalho. A casa foi fundada pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), que também é a mantenedora da mesma. Atende o município de Ariquemes e mais 9 municípios que compõe o Vale do Jamari, em Rondônia.

A Casa Noeli dos Santos recebeu bastante visibilidade após o lançamento de duas cartilhas publicadas pelo SADD (Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento), com o tema: *enfrentamento à violência doméstica e violência de gênero contra as mulheres*, que por ser o tema diretamente trabalhado na casa, possibilitou uma maior abordagem do assunto nas comunidades. Assim, abriu-se espaço para a apresentação do trabalho realizado pela casa em comunidades anglicanas e espaços ecumênicos.

Nessa entrevista, a diácona Elineide compartilhará informações sobre o cotidiano à frente da casa de acolhimento e os principais desafios desse projeto diaconal realizado e apoiado pela IEAB.

* Mestre em Teologia. Assessor de Projetos da Fundação Luterana de Diaconia.



1. O que motivou a Igreja Episcopal Anglicana a criar uma casa de acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar?

Foi a partir da necessidade local de se ter um ambiente seguro de acolhimento às mulheres em situação de violência, juntamente com seus filhos e filhas. Esse local também deveria realizar os encaminhamentos necessários para a rede de atendimento/enfrentamento e garantir a efetivação dos direitos das mulheres, além de fomentar o protagonismo destas mulheres para retomarem as suas vidas em um cotidiano sem violência. Este tema está incluso nas 5 marcas da missão da comunhão Anglicana, que é procurar a transformação das estruturas injustas da sociedade, desafiar toda espécie de violência, e buscar a paz e a reconciliação.

2. Sabemos que a violência doméstica e familiar atinge todas as classes sociais, grupos étnicos e faixas etárias. Mas também sabemos que os danos causados pela violência são ainda mais destrutivos quando associados a outros fatores sociais. Qual o perfil das mulheres acolhidas pela Casa de apoio Noeli dos Santos?

Sim, todas as mulheres estão suscetíveis a violência doméstica e familiar, independente a sua classe social, grupo étnico e faixa etária; porém, o índice é maior em mulheres com perfil de 20 a 40 anos, negra, baixa escolaridade, histórico de violência na família, que tenha sofrido abuso sexual. Muitas delas declaram participar de alguma instituição de fé, e este é o perfil de mulheres que acolhemos na Casa Noeli dos Santos.

3. Como a instituição se insere nos espaços de controle social no município e região? Quais os principais desafios nesse contexto?

Através da participação em diversos conselhos da cidade e na rede de enfrentamento. Isso é imprescindível, pois a casa demanda o controle do termômetro de qualidade no atendimento às mulheres em cada órgão, através das mulheres acolhidas que, ao serem recepcionadas, são perguntadas sobre como foi o atendimento nas organizações por onde elas passaram, antes de chegar à casa. Assim, diante dos seus relatos, nós solicitamos as devidas melhorias no atendimento e quando necessário, encaminhamos denúncia via Ministério Público Estadual (MPRO) para que sejam tomadas as devidas providencias.

Isso, muitas vezes, acarreta tensões, gerando um contexto de risco ao encaminharmos denúncias contra servidores públicos, como policias civis e militares, médicos, enfermeiros e demais profissionais que deixaram de prestar os serviços necessários, enquanto profissionais ligados aos órgãos de garantia de direitos. Esse trabalho deve acontecer sem distinção e a denúncia nos coloca em situação de risco a represálias em um contexto de vulnerabilidades. Mas, nesse contexto, também contamos com o apoio de organizações parceiras, tanto governamentais



quanto da sociedade civil, nesse compromisso de controle social e incidência pública. Também realizamos reuniões periódicas da rede municipal de apoio e enfrentamento às violências.

4. Somos um país que ocupa o 5º lugar no ranking de assassinatos de mulheres em nível mundial. Você acredita que é possível mudar esse cenário? Como?

Tenho a esperança de termos um mundo melhor, mesmo que, às vezes, me pareça algo utópico; mas acredito em uma educação não tóxica e livre do mal do machismo e misoginia, onde homens e mulheres sejam tratados com direitos iguais na teoria e na prática, e acredito que na educação de futuros cidadãos e cidadãs com esta igualdade clara e impenetrada em suas ações e modos de ser, possamos mudar este cenário.

5. Na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), vemos que a violência não se restringe à violência física, aquela que deixa hematomas. Mas também são tipificadas outras formas de violência. Como você tem percebido esse diálogo entre as mulheres acolhidas e entre profissionais da rede local de apoio?

Bem, este é mais um ponto delicado quando se fala de violência contra as mulheres, pois há uma interpretação equivocada do que é violência e o que está previsto na lei. Isso se deve a abrangência do que é a violência contra a mulher, que vai muito além dos hematomas físicos, que são marcas que muitas vezes não se apagam quando somem os hematomas. Este entendimento, de que a violência não se restringe à agressão física, a grande maioria das mulheres passam a entender após serem acolhidas na casa, já no momento do preenchimento da ficha. Em um dos itens onde abordamos os tipos de violência sofridos, é comum elas identificarem somente os hematomas como violência. Após explicarmos os demais tipos de violência e sua abrangência, elas passam a afirmar que aquela violência, que antes não era vista como tal, ela também sofre.

A violência psicológica está presente em todos os casos, em alguns momentos de forma mais acentuada, outras mais sutis. Com relação a isso, encontramos muitas dificuldades no atendimento, especialmente na busca de serviços de garantia de direitos das mulheres, nos órgãos de assistência e apoio. Esse assunto já foi motivo para o encaminhamento de denúncias contra servidores/órgãos pela conduta equivocada devido a sua má interpretação do que está tipificado na lei, negando, assim, o atendimento à pessoa em situação de violência por não ter hematomas ou marcas visíveis, e até mesmo por estar fora do cenário do crime. Esse tipo de conduta desestimula muitas mulheres a denunciarem a situação de violência vivida. Diante dessa dificuldade, muitas mulheres retornam ao convívio com seu companheiro e nos próximos episódios de violência ela não terá mais coragem de denunciar novamente. Com isso, o diálogo tem sido muito delicado e difícil de conduzir para uma mudança, mas entendemos que é o nosso papel garantir que se cumpra a lei para a garantia dos direitos das mulheres.



6. Quando o assunto é violência contra mulheres e meninas, não podemos deixar de falar sobre o machismo e sobre as relações sexistas construídas historicamente entre homens e mulheres. Fale um pouco sobre essas discussões de gênero e empoderamento feminino dentro da organização onde você atua.

Este contexto do machismo está em todas as instâncias, raças, credos, cor, idade, culturas e classe social, o que dificulta muito avançarmos neste tema, mas, na organização que trabalho, usamos todos os espaços que temos para mudar este histórico, abordado sobre os temas dando exemplo de quão tóxico é o machismo; assim sendo, temos que manter ainda mais uma rede de enfrentamento articulada e fortalecida para termos força de combater qualquer ato de machismo.

7. Outro ponto importante para essa discussão é a violência de gênero associada à violência religiosa. Como se dá o diálogo ecumênico e inter-religioso dentro da casa e entre as organizações parceiras?

Dentre todas as mulheres que já acolhemos, 99% delas declaram ter ou frequentar alguma denominação de fé, e que muitas buscam ajuda com seus líderes religiosos. E essas lideranças religiosas, por uma questão de machismo e misoginia, culpabilizam a mulher pela violência sofrida, alegando que a mulher está orando pouco, não está cumprindo com seu papel de esposa direito, que esta é uma provação de Deus testando sua fé, entre tantas outras afirmações nocivas. Diante deste contexto, mesmo a casa sendo um trabalho diaconal da IEAB, não fazemos distinção de religião ou crença, mesmo porque entendemos que seria uma violência institucionalizada, nem tão pouco falamos de denominação, mas realizamos, a pedido das mulheres acolhidas, momentos de espiritualidade conjunta onde cada qual expressa sua fé do seu jeito de cultuar a Deus. Num nível ecumênico fora da instituição não temos acesso fácil a outras denominações, mas temos tentado estreitar este contato com ações conjuntas com outras igrejas via rede de enfrentamento, e tem dado bons resultados.

8. Em 2018 e 2019 vocês mobilizaram toda a rede municipal, chamando a atenção para o tema da violência doméstica e familiar com participação de organizações da sociedade civil, organizações governamentais e igrejas. Quais foram os impactos dessas atividades?

Sim, estas foram umas das ações que desenvolvemos na rede de enfrentamento que teve muita repercussão local e ainda sentimos o impacto da mobilização. Esta ação que desenvolvemos este ano foi com a segunda edição da oficina Nem Tão Doce Lar, que é uma metodologia itinerante que percorre todo o país, realizada pela Fundação Luterana de Diaconia – FLD. Através dessa proposta, aproveitamos para sensibilizar órgãos da rede e um número expressivo de lideranças religiosas de diversas denominações, para um olhar mais sensível à



violência contra as mulheres e abuso sexual de crianças e adolescentes, e como conduzir casos de violação de direitos dentro das igrejas para denúncia. Estas ações ainda têm tido seus desdobramentos e impactos muito positivos na abordagem e condução pelas lideranças religiosas nestes casos.

9. Gostaria de deixar algumas palavras de motivação para outras igrejas e organizações que desejam desenvolver esse trabalho de apoio a mulheres em situação de violência?

Nós, lideranças religiosas, temos um papel fundamental no combate à violência contra mulheres e crianças, pois estas pessoas veem em nós uma segurança e possibilidade de terem apoio para saírem da situação de violência; e esta pessoa terá condições ou coragem para encaminhar a denúncia dependendo da nossa abordagem e encaminhamento. Mas, em nome do nosso compromisso para o fiel cumprimento da palavra de Deus, nas ações concretas do evangelho de Deus, nós temos a obrigação de ter uma conduta imparcial para além da estrutura eclesiológica, garantindo que a vida e integridade de quem nos pede socorro seja garantida. Seja você também uma liderança de voz profética ao chamado para lutar contra as desigualdades, que ferem e negligenciam a palavra de Deus.

[Recebido em dezembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019]